

“Queremos mais emissões, mais investidores, maior liquidez”

Em almoço com jornalistas, Denise Pavarina apresentou a agenda de propostas da Associação para o desenvolvimento do mercado de capitais.

Fotos: Danilo Quadros

“O Brasil precisa do mercado de capitais para crescer de forma sustentável”. Esta foi a mensagem apresentada pela presidente Denise Pavarina aos 22 jornalistas que participaram de almoço de confraternização realizado em São Paulo, no dia 2 de fevereiro. “Queremos criar um ciclo virtuoso no mercado de capitais, no qual teremos mais emissões, maior interesse dos investidores e mais liquidez, para que, de fato, ele seja uma fonte de financiamento relevante para as empresas”, explicou Denise.



Mais de 20 jornalistas que cobrem o mercado na imprensa nacional participaram de almoço com a presidente Denise Pavarina



A agenda de propostas para fortalecer o mercado de capitais brasileiro também será apresentada ao Ministério da Fazenda. “Gostaríamos de aprofundar nossa interlocução com o governo para avaliar um plano de ação conjunto, composto por iniciativas dos setores público e privado, com o intuito de criar um ambiente de

negócios que privilegie o fortalecimento do mercado de capitais e maximize sua contribuição para o crescimento de nosso país,” comentou a presidente. Durante o encontro, Denise fez um balanço das iniciativas da entidade e respondeu às perguntas dos jornalistas.

Os repórteres puderam conversar com os executivos de mercado que fazem parte da ANBIMA.

Participaram jornalistas de mais de 11 veículos entre eles: Valor Econômico, Agência Estado e Thomson Reuters. ■

Eixos estratégicos para o desenvolvimento do mercado

O conjunto de iniciativas sugeridas pela ANBIMA se divide em quatro eixos estratégicos: equalizar a tributação de investimentos; estimular as emissões; aprofundar a liquidez; e diversificar a base de investidores. Conheça os principais pontos:

▶ **Tributação** Simetria e simplificação da tributação em produtos de

investimento, buscando o alongamento dos prazos.

▶ **Estímulo às emissões** Ajustes na Lei nº 12.431, que oferece benefícios fiscais a alguns ativos, e aprimoramento em títulos não incentivados.

▶ **Liquidez** Padronização de escrituras de debêntures, desenvolvimento de instrumentos de derivativos de crédito,

transparência e fomento a liquidez dos títulos privados de renda fixa de longo prazo.

▶ **Diversificação da base de investidores** Ampliação da participação de investidores estrangeiros, dos fundos de pensão e de previdência fechada e aberta nos produtos de investimento.

Radar ANBIMA: publicação traz análise da regulação internacional

As principais mudanças regulatórias no mundo e a evolução do debate internacional são tratadas trimestralmente no Radar ANBIMA. “A publicação nasceu, em 2012, diante uma lacuna que tínhamos de mais referências sobre os temas da regulamentação internacional. Por isso, nosso foco é levantar assuntos que, de forma direta ou indireta, impactam o mercado doméstico e suas instituições”, fala José Doherty, superintendente geral da Associação.

Desde suas primeiras edições, o Radar publica regularmente análises sobre as principais reformas regulatórias do pós-crise, como a do mercado global de derivativos de balcão, a estrutural do sistema bancário americano (Regra de Volcker) e a regulação de benchmarks. A publicação busca destacar, sempre que possível, os impactos destas reformas sobre a regulação nacional e os mercados e instituições brasileiros.

Em 2014, o Radar ANBIMA ganhou um novo formato digital, que permite a consulta aos artigos por edição, por ano ou por temas como instituições financeiras, mercados secundários, fundos de investimento, distribuição e finanças corporativas. Em janeiro, a publicação chegou ao seu 12º número. Confira alguns dos principais temas:



Discussão sobre os riscos e o desempenho de produtos estruturados

Está em consulta pública na União Europeia a criação de um documento com informações essenciais aos investidores sobre produtos estruturados. O objetivo das autoridades europeias é produzir um padrão para tais documentos que facilite o entendimento dos investidores de varejo sobre os riscos, custos e desempenho associados a

estes produtos complexos; além de facilitar a comparação entre produtos estruturados em diferentes países.

► O que isso tem a ver com o mercado brasileiro?

As regras de distribuição do COE (Certificado de Operações Estruturadas) estão em audiência pública pela CVM e uma das propostas é a elaboração de um documento

com informações essenciais sobre o produto. Este documento, que deverá ser entregue aos clientes antes do momento da venda, converge com a proposta europeia, dentre outros aspectos, pela solicitação de especificação dos direitos e das obrigações do titular e do emissor, respectivamente, que possam influenciar as condições de remuneração dos certificados.

Consulta da Iosco sobre os princípios relativos à custódia dos ativos de fundos

Em outubro, a Iosco (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, na sigla em inglês) abriu consulta ao mercado sobre os princípios aplicáveis à custódia dos ativos dos fundos de investimento. Essa preocupação surgiu após o caso Madoff, que levantou questões relacionadas às responsabilidades dos custodiantes. A consulta expõe nove princípios como, por exemplo,

a divulgação de termos de contratos de custódia aos investidores e a verificação e análise das informações legais, financeiras, regulatórias e sistêmicas dos custodiantes para prestadores de serviço.

► O que isso tem a ver com o mercado brasileiro?

A Instrução nº 555, da CVM, que passará a vigorar em julho de 2015 e regula os fundos de investimento, já está alinhada

com grande parte dos princípios divulgados pela consulta da Iosco. A regra trata de forma específica as responsabilidades dos administradores, gestores e custodiantes no caso dos investimentos dos fundos no exterior. Paralelamente, as Instruções nºs 541 e 542, da CVM, que tratam de depósito centralizado e de custódia de valores mobiliários, respectivamente, também incorporam alguns destes princípios.

QUER LER A PUBLICAÇÃO COMPLETA?

Veja no portal: Informações Técnicas > Regulação > Regulação Internacional. Ou acesse pelo QR Code ao lado.



Indústria traça agenda em busca de crescimento sustentável

Os vice-presidentes Carlos Ambrósio e Robert van Dijk elencam aprimoramentos para que o segmento contribua mais com o financiamento de longo prazo da economia

A agenda de propostas da ANBIMA para estimular o crescimento sustentável da indústria de fundos e potencializar seu papel no financiamento de longo prazo da economia brasileira pode ser conferida no terceiro número da série "Texto para Discussão". A publicação "A indústria de fundos de investimento brasileira e seu papel no desenvolvimento do mercado de capitais" analisa o potencial deste produto para o crescimento do mercado de capitais, considerando seu patrimônio líquido de R\$ 2,7 trilhões, volume superior a 50% do PIB brasileiro.

A proposta dos representantes do

segmento para compor a agenda da indústria inclui:

- ▶ Discussão sobre a indústria, envolvendo a avaliação dos papéis e responsabilidades de seus participantes, das regras e das exigências aplicáveis aos diferentes produtos e estratégias;
- ▶ Retomada da competitividade por meio de reduções de assimetrias regulatórias e tributárias, simplificação de processos, e diminuição de custos;
- ▶ Aperfeiçoamento dos canais de distribuição, sempre com foco nos clientes.

"A indústria já é uma grande financiadora da economia, mas pode ser ainda mais", afirma Carlos Ambrósio,

vice-presidente da Associação.

Atualmente, o segmento é detentor de 42% dos títulos públicos e de 33% dos títulos privados em mercado, o que demonstra a relevância de sua participação tanto no financiamento do governo e quanto no de empresas. No entanto, de 2013 para cá, a indústria vem crescendo a passos menores por conta da perda de competitividade diante das demais alternativas de investimento. "A concessão de benefícios fiscais para alguns produtos causou um desequilíbrio no mercado por conta das assimetrias tributárias que gerou", fala Robert van Dijk, vice-presidente da ANBIMA. Confira a íntegra da entrevista. ■

ENTREVISTA

Carlos Ambrósio, vice-presidente da ANBIMA

O Texto para Discussão mostra que a indústria de fundos está sendo subaproveitada. A que motivos vocês atribuem isso?

Carlos: Estamos vivendo um momento com o cenário econômico incerto e desafiador. Paralelamente, existem hoje alternativas de investimento com uma situação tributária melhor, o que cria uma distorção. Esses dois fatores juntos geram esse subaproveitamento.

Robert: Há também uma tendência natural ao conservadorismo por parte dos investidores, que vemos há anos no Brasil, fazendo com que a maior procura recaia sobre investimentos com liquidez diária. Isso leva a uma concentração maior em aplicações de títulos de renda fixa de curto prazo, dificultando o alongamento dos prazos.

Como a indústria pode contribuir para o financiamento de longo prazo da economia?

Carlos: A indústria já é uma grande financiadora da economia. Ela pode ser ainda mais, se os benefícios fiscais ou a política de alongamento de prazos concedidos a outros produtos também forem praticados no segmento e não só para os

Robert van Dijk, vice-presidente da ANBIMA

ativos que, em função dessas assimetrias, estão fora da indústria.

Robert: O próprio tamanho da nossa indústria já mostra sua relevância e o potencial que o segmento possui. Para ampliar seu papel, no entanto, é necessário superar as barreiras neste texto apresentadas. Isto com certeza possibilitará, por exemplo, o aumento da participação de ativos privados de longo prazo nas carteiras.

A ANBIMA tem uma agenda com propostas para potencializar o papel da indústria de fundos no financiamento de longo prazo da economia. Qual delas é a mais importante?

Carlos: A questão tributária é o ponto principal da agenda atual. Por conta dela, vemos uma migração dos clientes do varejo e do private para produtos isentos de imposto de renda como LCIs e LCAs.

Robert: Sem dúvida equalizar as questões das assimetrias tributárias. Contudo, destaco alguns pontos positivos referentes aos avanços regulatórios contidos na nova Instrução CVM nº 555 e na revisão da Instrução CVM nº 306, que trata da administração de carteiras, ora em curso.



Fotos: Ricardo Rolio



O QUE É A SÉRIE TEXTO PARA DISCUSSÃO Publicação sem periodicidade regular que aborda temas relacionados aos mercados financeiros e de capitais, além de reproduzir debates técnicos realizados em eventos ou fóruns da Associação.

Com eventos via internet, Supervisão estreia novo canal de relacionamento com participantes

Em 2015, a Supervisão de Mercados passa a ter um novo canal direto com as instituições participantes dos códigos de autorregulação: tratam-se dos encontros via webinar. Esse é nome dado aos eventos transmitidos pela internet, que permitem a participação online. O objetivo desta nova estratégia é estar cada vez mais em contato com as instituições para esclarecer dúvidas e apresentar, eventualmente, as novas regras dos códigos.

“Com a realização dos webinars, passamos a ter um calendário fixo de eventos. Isso nos permitirá tratar de mais temas e estreitar, ainda mais, nosso relacionamento com as instituições que seguem as regras dos

códigos”, fala o superintendente de Supervisão de Mercados, Guilherme Benaderet. Para o primeiro semestre, já estão previstos quatro encontros nos meses de março, abril, maio e junho (mais informações no box ao lado). “Esse maior número de eventos não é algo pontual, mas um novo direcionamento que iniciamos agora e que prevalecerá daqui para frente”, diz Benaderet.

Outra vantagem destes encontros é eliminar a necessidade de deslocamento dos interessados em participar. Os profissionais poderão acompanhar os debates de suas mesas de trabalho, o que, possivelmente, propiciará a participação de mais pessoas.

Certificação: novo código cria comissão de acompanhamento

Com a nova versão do Código de Certificação, que entrou em vigor no dia 5 de janeiro, será criada a Comissão de Acompanhamento do Programa de Certificação Continuada. Após a conclusão da etapa de convocação dos participantes, o grupo será responsável pela análise e aprovação de relatórios da área de Supervisão de Mercados, além de orientar a equipe em suas atividades de monitoramento.

Outra novidade do código é que os profissionais que possuem a CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA - Série 20) não terão mais

a obrigatoriedade de trabalhar em agências e em centrais de atendimento, conforme previa a versão anterior. Com a constante criação de mais canais de atendimento para investidores qualificados, essa regra precisou ser atualizada.

As instituições participantes também não precisarão mais encaminhar a carta anual informando à ANBIMA que estão em cumprimento com as regras do código para a Supervisão de Mercados.

Outra mudança importante foi o detalhamento dos critérios de

Confira a agenda para o primeiro semestre

MARÇO

Fundos de Investimento Imobiliário
Regras do convênio com a CVM e do anexo de FII do Código de Fundos

ABRIL

Código de Distribuição de Produtos no Varejo
Novas diretrizes de suitability, publicidade e projeto de supervisão em agências

MAIO

Código de Private Banking
Novas diretrizes de suitability, publicidade, agentes autônomos de investimento

JUNHO

Sistema de Supervisão de Mercado (SSM)
Tutorial de utilização dos módulos Cadastro e Supervisão Indireta

Na transmissão online os participantes podem interagir encaminhando perguntas aos palestrantes. Após o evento, as gravações ficam disponíveis no site www.anbima.com.br/eventos. ■

Grupo de Trabalho discute implementação de novas regras de fundos

A ANBIMA está organizando uma discussão sobre a implementação das regras da Instrução nº 555 da CVM, que passarão a regular a indústria de fundos a partir de 1º de julho.

Inicialmente, a área de Representação Institucional coletou dúvidas dos

participantes dos comitês impactados diretamente pela norma, que servirão de base para o debate em grupo de trabalho durante o mês de fevereiro. Após esta etapa, a ANBIMA deverá se reunir com a CVM para apresentar as questões e entendimentos levantados pelo grupo. ■

Comitês enviam sugestões sobre regras de investimentos de não residentes

No dia 23 de janeiro, a CVM recebeu as propostas para as audiências públicas que trataram das regras complementares para os investimentos de pessoas não residentes no país.

O Comitê de Finanças Corporativas discutiu e encaminhou propostas para o edital 11/2014, que tratou da audiência sobre a aprovação de programas de DR (Depositary Receipts). Com a publicação da Resolução nº 4.373, em setembro de 2014, passou a ser permitido o lastro de DR não apenas para ações, mas também valores mobiliários emitidos por companhias

abertas e títulos de crédito elegíveis a compor o patrimônio de referência (PR) emitidos por instituições financeiras de capital aberto.

Já o Comitê de Serviços Qualificados participou da audiência pública do edital nº 12/2014, encaminhando aprimoramentos para o registro, as operações e a divulgação de informações do investidor não residente.

As novas normas complementarão a Resolução nº 4.373 do CMN (Conselho Monetário Nacional), que passará a valer a partir de 30 de março de 2015. ■

Regras de seleção dos dealers

No dia 2 de janeiro, foram enviadas sugestões de aprimoramento nos critérios de classificação das instituições dealers para o Banco Central e para o Tesouro Nacional.

As sugestões visam tornar mais eficaz o processo de classificação dos participantes, que acontece duas vezes por ano, em fevereiro e em agosto.

Recentemente, o Banco Central e o Tesouro Nacional divulgaram os novos critérios para credenciamento dos dealers com o Demab (Departamento de Operações do Mercado Aberto do Banco Central) e a Codip (Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública). Desde a edição da Decisão Conjunta nº 19, em 27/01/15, ficou estabelecido que os dealers credenciados a operar com o Demab e a Codip constituirão grupos independentes. Cada órgão passou, então, a ser responsável por editar critérios próprios para seleção destas instituições: o Banco Central editou a Circular nº 3.746 e a Carta Circular nº 3.692 e a Secretaria do Tesouro Nacional a Portaria nº 74.

Os novos critérios já serão aplicados na avaliação que se iniciou em 10 de fevereiro e se encerra em 31 de julho de 2015, e que servirá de base para o credenciamento de dia 10 de agosto.

Comitê de Basileia

As consultas públicas abertas ao mercado pelo Comitê de Basileia – organismo que reúne autoridades de supervisão bancária de todo o mundo – foram discutidas em reunião com o Banco Central, no dia 30 de janeiro, em Brasília.

Os documentos das consultas tratam das revisões do modelo padrão para risco de crédito e do arcabouço de apuração do risco de mercado. Essa última é concentrada nas mudanças das regras da carteira de negociação.

Essas discussões estão sendo acompanhadas diretamente pela Febraban, que participou desta reunião. A Associação tem contribuído nas discussões levando dúvidas e sugestões dos participantes do mercado.

Mensalidade dos associados tem novos valores em 2015

Taxas também foram atualizadas; começou o processo de equalização de cobranças a associados antigos

Os valores das mensalidades associativas praticados desde janeiro de 2015 foram corrigidos pelo IGP-M, conforme aprovado em reunião da Diretoria em janeiro, após dois anos sem reajustes. A exceção foram os valores cobrados dos associados originados da ex-Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado). Em linha com a previsão do estatuto social da ANBIMA, as mensalidades desses associados deveriam ser revistas passado o período de cinco anos da fusão, com o objetivo de equalizá-las às demais mensalidades praticadas.

“Na ocasião da fusão, houve uma preocupação em garantir um período de transição aos associados, já que em alguns casos havia discrepâncias entre os valores cobrados pelas duas associações de origem. Por isso, ficou

definido que por um período de cinco anos algumas mensalidades seriam mantidas no mesmo patamar”, explica o superintendente geral, José Carlos Doherty.

Desta forma, e também levando em conta o cenário econômico atual, foi estabelecido que este movimento de equalização será iniciado com os associados ex-Andima. “Para minimizar os impactos do reajuste, mas mantendo o foco na sustentabilidade financeira da Associação, a Diretoria optou pela implementação do novo valor da mensalidade em etapas”, conta Doherty.

Para os associados da ex-Andima, a mensalidade mínima em 2015 foi fixada em R\$ 840,00, iniciando, assim o processo de equalização, que continuará em 2016. ■

Entenda como é calculada a mensalidade

O cálculo da mensalidade é feito de acordo com o patrimônio líquido dos associados em seu exercício anterior. Os valores são divididos em faixas para que a contribuição seja compatível com o porte de cada entidade. Veja as faixas:

Até R\$ 5 milhões

Acima de R\$ 5 milhões e até R\$ 60 milhões

Acima de R\$ 60 milhões até R\$ 120 milhões

Acima de R\$ 120 milhões e até R\$ 350 milhões

Acima de R\$ 350 milhões e até R\$ 900 milhões

Acima de R\$ 900 milhões até R\$ 1,9 bilhão

Acima de R\$ 1,9 bilhão

Confira os valores das mensalidades no portal: A ANBIMA > Como fazer parte da ANBIMA

Nova ferramenta de envio de e-mails: associados precisam realizar ajustes tecnológicos

Com o objetivo de melhorar a comunicação com os associados, a ANBIMA trocará a ferramenta que utiliza para enviar e-mails como circulares, rankings, boletins, projeções e outros. Para que as instituições

não deixem de receber informações importantes, as áreas de TI/Segurança da Informação precisam autorizar o recebimento dos e-mails com domínio@anbima.com.br e de alguns IPs dedicados. Mais informações com

faleconosco@anbima.com.br.

A nova ferramenta entrará em funcionamento no dia 2 de março. ■



ACONTECE

Adesões

Em janeiro, aderiram aos Códigos de Fundos e de Certificação: a 4K Investimentos, a Forpus, a Gauss e a Litus.

Economistas comentam perspectivas macroeconômicas em mesa-redonda com a Bloomberg

Participarão do evento membros do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico, que analisa periodicamente a conjuntura econômica local e internacional.

Foto: Ricardo Rollo



Luiz Fernando Figueiredo, diretor da Associação, será um dos palestrantes do evento

O primeiro evento realizado pela ANBIMA em parceria com a Bloomberg reunirá economistas de instituições financeiras associadas para discutir a conjuntura econômica atual. A mesa-redonda acontecerá em São Paulo, no dia 3 de março. Nela, serão apresentadas as percepções da Associação sobre indicadores e projeções de variáveis econômicas como, por exemplo, índices de preços (IPCA e IGP-M), PIB, taxa Selic e outros.

Luiz Fernando Figueiredo, diretor da ANBIMA, estará presente e falará sobre a dinâmica do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico, grupo que reúne economistas-chefes, sempre na sexta-feira anterior à reunião do Copom (Comitê de

Política Monetária), para debater os cenários para a economia brasileira e internacional.

Marcelo Carvalho, presidente do comitê, divulgará as principais projeções traçadas na reunião do grupo que acontecerá no dia 27 de fevereiro. O debate se dará junto com outros dois membros do comitê: Mário Mesquita e Rodrigo Azevedo. Eles analisarão os cenários e as perspectivas macroeconômicas. Josué Leonel, jornalista especialista em economia, moderará o encontro.

As inscrições são gratuitas para associados da ANBIMA, mas as vagas são limitadas. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail eventos@anbima.com.br. ■

Relatório econômico

Após toda reunião do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico é divulgado o Relatório Econômico, que traz um resumo dos principais tópicos tratados no encontro. Veja no portal: [Informações Técnicas > Relatórios](#). Ou acesse pelo QR Code ao lado.



INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | Edição: Mônica Chaves

PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Fúncia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salamonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnoli Mendes, Richard Zilio, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculan, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br

Palestra da Semana

Enef discute o papel dos profissionais em promover educação financeira

No dia 10 de março, a ANBIMA promoverá palestra com foco em educação financeira e no papel dos profissionais que atuam no mercado de investimentos. Aquiles Mosca, presidente do Comitê de Educação de Investidores, e Ana Leoni, superintendente de Educação, apresentarão uma pesquisa recente que mostra como os investidores enxergam os profissionais que os atendem e como os próprios profissionais se veem.

O evento acontece em São Paulo e faz parte da 2ª Semana Nacional de Educação Financeira, conhecida como Semana Enef, que ocorre entre os dias 9 e 15 de março em todo país. A iniciativa, promovida pelo Conef (Comitê Nacional de Educação Financeira), organismo do qual a ANBIMA faz parte, busca reunir no mesmo período cursos, workshops, gincanas, concursos, palestras sobre educação financeira.

Exames de certificação: como são elaboradas as questões

A elaboração do conteúdo dos exames é uma etapa importante do Programa de Certificação Continuada. O processo envolve um Comitê Revisor, do qual fazem parte profissionais da ANBIMA, consultores externos e um especialista em psicometria.

Todas as provas (CPA-10, CPA-20, CEA e CGA) passam por esse processo. O comitê elabora as questões com base no conteúdo programático de cada prova. O último passo é a análise de um especialista em psicometria: ele verifica se a forma das perguntas está em linha com os critérios da Teoria de Resposta ao Item – método que identifica quais questões irão avaliar o real conhecimento do candidato, reduzindo os acertos por sorte – e analisa se a estrutura da questão induz ao erro.

“O processo de construção de uma prova é dinâmico e está sempre sendo aprimorado. Estamos alertas para incluir

temas que façam parte do dia a dia dos profissionais e das práticas de mercado”, explica Ana Leoni, superintendente de Educação. “Quando um produto passa a ser muito utilizado pelo mercado, damos mais relevância a ele na prova. Foi o caso dos fundos imobiliários a partir de 2010, quando passaram a ser mais comercializados”, conta.

Mesmo as questões que já são aplicadas nos exames permanecem sendo analisadas, já que geram estatísticas importantes para a melhoria desse processo. Verifica-se, por exemplo, a quantidade de acertos e a discriminação das questões. Se todos acertarem, a questão deve ser retirada da prova; se todos errarem também. “As estatísticas nos ajudam a comprovar matematicamente se a questão é eficiente”, fala Ana Claudia.

O banco de questões é ampliado constantemente, e a partir deste

COMO PARTICIPAR

Os associados da ANBIMA podem participar da Semana Enef por meio da criação de ações relacionadas ao tema ou então agendando suas iniciativas de educação financeira para este período. Todos poderão utilizar o selo da semana na divulgação, basta entrar em contato com Fabiola Benotti pelo e-mail fabiola.benotti@anbima.com.br.

Este ano a Semana Enef irá coincidir com a Global Money Week, evento mundial de educação financeira voltado para crianças e adolescentes. ■

CONHEÇA O PROCESSO

Avaliação dos assuntos relevantes para o exame

Elaboração das questões com base no conteúdo programático

Validação das questões com especialistas e Comitê Revisor

Questão validada é inserida no exame

Realização do exame e geração das estatísticas das questões

ano o processo irá contar com uma proximidade maior dos profissionais de mercado, por meio de iniciativas como a criação de grupos de trabalho para discutir o conteúdo das provas. Outra novidade é a revisão das certificações CPA-10 e CPA-20: como as instituições têm inúmeras segmentações internas, a ANBIMA trabalhará para que os exames espelhem essas divisões de maneira mais fiel. ■